

POR UMA UNIVERSIDADE SOCIALMENTE RELEVANTE

FOR A SOCIALLY RELEVANT UNIVERSITY

Alex Fiúza de Mello
alexfm@ufpa.br

Naomar de Almeida Filho
naomarf@ufba.br

Renato Janine Ribeiro
rjanine@ups.br

Where is the Life we have lost in living?
Where is the wisdom we have lost in knowledge?
Where is the knowledge we have lost in information? ¹
(T. S. Eliot, *Choruses from the Rock*, Opening Stanza)

RESUMO: Os autores indicam os principais desafios da universidade brasileira tendo em vista sua ampliação e consolidação como uma instituição pública. Neste sentido, criticam especialmente o sistema educacional que possibilita uma formação desvinculada da sua aplicação. Como contribuição para debate, propõem que nos cursos de graduação seja incluído um semestre de estágio social, de modo a formar os alunos com uma consciência de sua responsabilidade social pela aplicação do conhecimento adquirido. Finalmente, embora considerem que a desigualdade e injustiça sociais tornam tal proposta prioritária na conjuntura brasileira atual, sustentam que o compromisso social não se esgota na questão da miséria e da pobreza, mas constitui um elemento crucial para um novo modelo de universidade, capaz de estabelecer relações mais intensas com a sociedade.

PALAVRAS CHAVE: Universidade e compromisso social; relevância social; estágio curricular obrigatório.

ABSTRACT: The authors point out major challenges faced by the Brazilian University in the viewpoint of its expansion and consolidation as a public institution. In this regard, they criticize particularly the educational system that fosters formation detached from application. As a contribution for discussion, they propose including into university courses a social practice semester, in order to form students conscious of their social responsibility in applying the acquired knowledge. Finally, although considering that social inequity and

¹ Numa tradução imediata, “Onde está a Vida que perdemos vivendo? / Onde está a sabedoria que perdemos com o saber? / Onde está o conhecimento que perdemos na informação?”.

injustice make such proposal priority in current Brazilian context, they contend that social commitment is not restricted to the issue of misery and poverty, but rather consist of a crucial element for a new modelo of university, capable of establishing closer relations to society.

KEY-WORDS: University and social commitment; social relevance; social practice.

O desafio da universidade pública brasileira é triplo. Primeiro, atingir, todo o sistema, padrão de qualidade compatível com as exigências do mundo contemporâneo e com o estado de evolução e dinamização do conhecimento em todos os seus domínios de manifestação, incorporando os avanços pedagógicos compatíveis. Segundo, aproximar-se da universalidade de acesso, se não para todos os cidadãos e cidadãs que têm direito à educação plena, mas a todos e todas que demonstrarem vocação, aptidão e motivação para formar-se nos níveis superiores de educação. Terceiro, desenvolver, com o comprometimento orgânico de suas estruturas acadêmicas, programas sociais relevantes, capazes de contribuir para a solução de problemas nacionais inadiáveis, superando distintas modalidades de exclusão ou carência socialmente estrutural: sanitária, educacional, produtiva etc.

A primeira dimensão do desafio alinha a universidade pública brasileira aos parâmetros mundiais mais exigentes, referenciando-a internacionalmente e garantindo a formação qualitativa e quantitativa de quadros competentes adequados às exigências do desenvolvimento nacional e do Cone Sul, num contexto de globalização da economia e da sociedade. A segunda dimensão cumpre o destino histórico imaginado por Anísio Teixeira para a instituição universitária, tomando-a como instrumento de construção da democracia (Teixeira 1994). A terceira dimensão, atenta aos contornos e dilemas da historicidade periférica, resgata para e pela universidade o necessário e urgente realinhamento de sua práxis e configuração institucional, promovendo sua imersão nos contextos locais e projetando-a como paradigma ético para o mundo (Janine Ribeiro 2003).

A combinação dessas dimensões pode servir de modelo para todas as instituições de educação superior situadas nos vários continentes e, a exemplo do Brasil, em

condições ambientais de pobreza e de subdesenvolvimento. Além disso, poderá interpelar as demais que, na moldura dos países centrais, em condições de riqueza e de concentração progressiva da acumulação, pouco têm se sensibilizado e contribuído, na contemporaneidade, para a redução das desigualdades e injustiças entre os povos (Sousa Santos & Almeida Filho 2008).

Se uma universidade européia ou norte-americana pode dar-se ao luxo de exibir, como principal distintivo, a *pertinência científica* – já que as ações sociais e as iniciativas de inovação tecnológica são assumidas pela forte e atuante sociedade civil ali presente –, a universidade brasileira precisa demonstrar, além da qualidade acadêmico-científica e sem de forma alguma renunciar a ela, *relevância social*. Justamente pela fragilidade da sociedade civil, no Brasil, a universidade tem o dever de ser culturalmente engajada, comprometida com a solução dos problemas da sociedade, com a superação da pobreza crônica, com o fim do analfabetismo, com a geração de alternativas econômicas. Cumprir a universidade parte da tarefa do estado e da sociedade civil não é uma questão de opção ideológica ou de voluntarismo: é uma imposição de sua própria historicidade.

Relevância social, em outros termos, significa igualmente não abdicar, a instituição universitária, de sua função pública primordial de espaço de preservação e renovação dos valores democráticos e republicanos; de arena do pensamento crítico e inquieto; de centro da vida intelectual que sustenta uma relação reflexiva e ativa com o mundo circundante. Isto porque, ainda que necessite, nos dias atuais, responder à demanda por pesquisas aplicadas ao desenvolvimento de processos e produtos requeridos pelos setores produtivos mais dinâmicos da sociedade, não pode a universidade simplesmente sucumbir à lógica do mercado e silenciar diante das injustiças e desigualdades engendradas pela lógica da acumulação a qualquer preço.

A universidade, por não ser empresa, rejeita o papel de máquina de produtividade econômica e de competitividade. Não pode se engarrafar nas ruas do mercado. Pois nada substitui seu potencial crítico; sua autonomia de pensamento; sua capacidade de pronunciamento, em tom argumentativo, para a comunidade mais ampla; seu poder de disseminação da reflexividade; sua vocação de centro de criação, questionamento e crítica do mundo físico e social (e de si mesma). Nesse sentido, o conhecimento acumulado em seus ciclos de estudos, em seus laboratórios e grupos de pesquisa, por

meio de programas de extensão e outras ações abertas à sociedade, também precisa tornar-se patrimônio de todos, à disposição das comunidades e grupos locais, sobretudo das camadas sociais mais pobres, as quais, de outra forma, jamais teriam acesso a tais recursos (Mello 2004).

A formação do profissional do século XXI impõe a superação de uma visão puramente instrumentalista ou tecnicista do conhecimento, rejeitando os reducionismos inerentes à linearidade e fragmentação do saber (Sousa Santos; Almeida Filho 2008). Cabe à instituição acadêmica, matriz dessa mudança paradigmática, promover modelos mais abertos, interdisciplinares e engajados de processos educativo, cultural e científico.

Além de especialistas competentes, é necessário formar indivíduos criativos, críticos, empreendedores e, sobretudo, *excelentes cidadãos*. Isto porque, para mudar o mundo, no novo milênio, já não basta formar profissionais competentes e cientistas produtivos (que podem inclusive reproduzir e ampliar, com perversa eficiência, desigualdades e injustiças existentes). É imprescindível formar, além de tudo, homens e mulheres comprometidos com a *ética da causa pública*, com as consequências da própria ação, com interesses republicanos (Janine Ribeiro, 2003b). Nesta fórmula repousa o segredo de todo e qualquer salto civilizatório. 295

É claro que não é obrigatório cursar o ensino superior para ser um bom cidadão. Mas, na universidade que queremos, se a responsabilidade dos alunos pela sociedade em que vivem e que os criou não estiver bastante clara, a sua formação terá sido, sem dúvida, deficiente. Não queremos, enfim, profissionais autistas, mas sim sujeitos responsáveis pelo mundo em que vivem e que vão, cada vez mais, ajudar a construir.

Convém aqui propor um exemplo. Estamos todos de acordo em que a pesquisa procure promover o avanço tecnológico. Mas sabemos que a tecnologia é incorporada, pela sociedade, de maneira a beneficiar mais certos grupos e menos, outros. Ora, a maneira como as classes e grupos se apropriam dos ganhos de produtividade deve ser discutida em público. A universidade não pode furtar-se a debater quem é premiado por sua ação – ainda mais porque, em certos casos, o aumento de produtividade implica redução da mão de obra necessária e, portanto, desemprego. Para citarmos o geógrafo

Aziz AbSaber, “toda questão tecnológica é questão de ciências humanas”². Ao contrário do que pode parecer à primeira vista, a tecnologia não é mera aplicação do avanço científico ao mundo da produção. Nessa aplicação, fazem-se escolhas. Elas têm de ser transparentes. Necessitam ser discutidas. Devem ser justas.

Como requisito para a consistência e alcance dessa perspectiva de ação pedagógica, impõe-se a construção de processos de conhecimento que situem o aluno em condições objetivas de percepção ampliada das relações intrínsecas entre teoria e realidade, idéia e práxis, formação e trabalho, profissão e compromisso social, superando-se o modelo dicotômico que tem prevalecido até agora. É fundamental que o estudante universitário do século XXI esteja atento à dialética das múltiplas dimensões interativas entre tempos e espaços, conhecimentos e interesses, vivências e práticas sociais que conformam os seres humanos e as sociedades como singulares e interdependentes, individuais e coletivos, desiguais e combinados, particulares e universais. Este sujeito epistêmico aprenderá que a vida humana – tendo as culturas das artes, das humanidades e das ciências como sua expressão mais atual – envolve relações sociais, políticas, culturais e éticas, não incorrendo, no limite, em qualquer conteúdo de neutralidade (Janine Ribeiro 2000).

Conceber as ações acadêmicas sob novos paradigmas de formação exige a formulação de políticas pedagógicas que articulem, de forma inovadora, ensino, pesquisa e extensão, viabilizando a relação transformadora entre universidade e sociedade e mobilizando, para o ensino, possibilidades, metodologias e estratégias alternativas no exercício da aprendizagem e na construção do conhecimento.

À luz dessa perspectiva transformadora, torna-se imprescindível a inserção orgânica, nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, de atividades acadêmicas voltadas para o cumprimento da relevância social, comumente designadas como atividades de extensão universitária (Janine Ribeiro, 2007).

É sabido que alguns cursos já incorporam em seus projetos pedagógicos atividades de extensão, como é o caso dos estágios supervisionados; porém isso está restrito, efetivamente, a um pequeno número de exemplos. A extensão pode ainda ocorrer na

² Exposição na reunião do Conselho da SBPC em sua 53ª Reunião Anual, em julho de 2001, em Salvador, Bahia.

forma de atividades complementares, previstas em normas curriculares, em alguns projetos pedagógicos ou em programas cuja abrangência pode transcender o ambiente do curso. Em qualquer caso, é desejável que tais atividades sejam incluídas estruturalmente nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação na condição de atividade curricular obrigatória, estruturante da formação universitária, e que o estudante brasileiro passe, necessariamente, por experiências dessa natureza em sua formação acadêmica.

Isso significa ir além da extensão pulverizada ou massificada. Ações de extensão são bem-vindas, mesmo quando pontuais. Contudo, o que propomos vai adiante – na mesma linha que a Capes adotou quando, por decisão de seu Conselho Técnico Científico, introduziu na avaliação trienal um quesito de “solidariedade e inserção social”, que valoriza o que podemos chamar de extensão macro, isto é, não uma plêiade de pequenas ações sem nexos, mas ações de inserção ou impacto social que obedecem a uma estratégia e afetam globalmente o campo de ação conexo àquela área de conhecimento. Aqui, no tocante à graduação e à instituição de ensino superior, o que propomos é a possibilidade – e a necessidade – da universidade mirar a sociedade como um todo e definir de que modo pode contribuir, estrategicamente, para o enfrentamento dos desafios nacionais, tanto nos níveis locais quanto nos planos gerais. É o que acontece, por exemplo, quando se definem projetos para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, para viabilizar a vocação agrária do semi-árido nordestino, para a superação dos problemas de saúde coletiva, para reduzir nossa enorme dívida social ou controlar a poluição que se abate sobre as cidades e os campos (Mello 2007). Nenhum desses projetos deve ser partidário ou partidarizado, mas todos constituem contribuições importantes para a sociedade. E significam uma mudança no modo de entender a extensão não mais como prima pobre da universidade. Na metáfora proposta por um de nós (Janine Ribeiro 2007), a extensão deve transmutar-se de sapo a príncipe, passando a ser o canal por onde se articulam universidade e sociedade. Aqui, sociedade deve ser entendida em sua complexidade e amplitude, incluindo tanto o mercado, como agente adequado para a produção e distribuição de certos bens e serviços, quanto outras formas de organização social, inclusive ONGs e movimentos sociais.

Com tal mudança de perspectiva, a universidade pública brasileira pode inaugurar um novo modelo para a graduação. Nessa moldura, seus alunos – que estudam gratuitamente graças ao investimento público – passarão a desenvolver, de fato e não apenas por intenção retórica, atividades de aprendizagem em outros lugares que nas salas de aula, por meio de participação ativa em programas de extensão de alta relevância social. Para viabilizar este objetivo maior, propomos as modalidades de *estágio social obrigatório* denominadas de **Atividade Curricular em Comunidade (ACC)** e **Atividade Curricular em Instituição (ACI)**, consolidando, assim, a formação universitária de forma interdisciplinar, multidimensional, reflexiva e, principalmente, engajada, habilitando os nossos alunos a lidar com problemas práticos e de interesse coletivo por meio da associação inteligente e criativa do conhecimento e da técnica.

Apenas a sala de aula não oferece possibilidade real de passagem da informação ao conhecimento – muito menos deste à sabedoria, como nos versos de T. S. Eliot que nos serviram de epígrafe. O contexto da aprendizagem deve ser um dos focos seminais de preocupação de todo e qualquer projeto pedagógico – e, portanto, substância de uma verdadeira reforma universitária (Teixeira 2005). Não serão formados, no país,

298

profissionais inovadores e comprometidos com a causa pública por meio de métodos e técnicas de ensino presos na repetição, na mimese ou na simples clonagem de informação. As motivações à vontade de superação de adversidades, a sede de desenvolvimento, a formulação de novos problemas, a capacidade de questionar, criticar, compreender e inovar decorrem, quase sempre, da ambientação da aprendizagem e das oportunidades de aprender como aprender, sob orientação, por conta própria e em contato com a realidade circundante.

A superação da mentalidade colonizada, no Brasil, supõe uma universidade comprometida com novos paradigmas de formação de suas futuras elites. Não há mais lugar para sujeitos passivos e conformistas ou para simples demandantes de emprego (Janine Ribeiro 2003a). O velho paradigma da obediência tornou-se obsoleto. A universidade brasileira precisa ser capaz de educar cidadãos empreendedores e criativos, preparados para serem atores inovadores na sociedade, contudo *mestres da ação solidária*, num mundo de contrastes e injustiças e em constante transformação.

Não são triviais as dificuldades à apreensão do que está muito próximo de nós; da percepção do universal no singular e de elevação do particular à universalidade do conhecimento e valores. Na periferia, pensamos e refletimos por meio de padrões epistemológicos construídos alhures – que ora libertam, iluminam, ora colonizam, eclipsam. Por isso os objetivos e fins da universidade devem ser estabelecidos a partir de uma dialógica social historicamente encarnada, culturalmente comprometida, e não simplesmente a partir de um compromisso abstrato e alienado com uma racionalidade desprovida de qualquer inserção social local, forjada no hemisfério de outros interesses e no contexto de diferentes historicidades e territorialidades (Mello 2004). Fora desse diálogo, na ausência de compromisso com o desenvolvimento material e espiritual de sua própria sociedade – de quem deve ser expressão e fonte de esclarecimento –, na incapacidade de inovação pela subjugação ao simples mimetismo – que impede a utilização do conhecimento para fins criativos –, a academia brasileira resta alienada, supérflua, periférica, sem aura, sem sentido, sem identidade.

Impõe-se, dessa maneira, o envolvimento efetivo de nossos estudantes com os problemas reais do país (das periferias das grandes cidades às localidades interioranas mais afastadas). Conjugam-se, dessa forma, comunidades e instituições sociais como ambientes de aprendizagem pedagogicamente promissores não apenas à apreensão mais competente do saber já disponível, como (e sobretudo) propícios à reflexão crítica sobre a realidade nacional e à produção de um saber autônomo – esta, sim, a ferramenta diferencial dos povos desenvolvidos.

Para que construamos, portanto, uma universidade pública *socialmente relevante*, requer-se *fomento suficiente, regular e sustentado a programas de extensão voltados, em todas as áreas do conhecimento, à solução e/ou assistência de problemas socialmente relevantes, direcionados, prioritária mas não exclusivamente, às populações de baixa renda*, tais como, na seguinte lista não exaustiva:

- alfabetização em massa;
- educação para o trabalho e a geração de renda;
- soluções tecnológicas para os problemas de saneamento básico, energia e produção em geral;

- empreendedorismo;
- cooperativismo;
- difusão da cultura e estímulos à criação cultural;
- promoção da saúde;
- instrução para o esporte, condicionamento físico, atitudes saudáveis em relação à vida, etc.

E, o mais importante de tudo: *utilizando-se, para tal, carga horária curricular regular, prevista no projeto pedagógico de cada curso, com atividades programadas durante o percurso formativo do estudante.*

Num primeiro momento, trata-se, portanto, de contribuir decididamente para enfrentar a miséria – e também a pobreza – que assolam o país. A mais longo prazo, porém, espera-se que, com um Brasil efetivamente mais justo, numa economia mais dinâmica e desenvolvida, a atividade social obrigatória prossiga, desdobrando suas outras potencialidades, na construção de um profissional do futuro que saiba, do conhecimento, extrair projetos de ação e de vida. Em outras palavras: imediatamente, precisamos livrar-nos do legado injusto do passado; porém, a mais longo prazo – e talvez já desde este início –, estará em cena projetar um futuro emancipado desses grilhões, portador de projetos novos e humanamente libertadores.

Por se traduzir em medida ousada, o modelo requer uma reforma do paradigma curricular da educação superior brasileira, garantindo-se que pelo menos 10% do tempo de formação do discente (tal qual, aliás, prevê a LDB em seu artigo 43, incisos VI e VII) sejam creditados pelo engajamento nesses programas de ação social. O conjunto dessas medidas promoveria, a um só tempo:

- a) mudanças no modelo de formação das novas gerações e, conseqüentemente, da mentalidade das futuras elites dirigentes, ao sensibilizá-las, desde cedo, para os problemas sociais do país, no próprio contexto de sua educação universitária, assegurando um senso de responsabilidade pelo país que, infelizmente, faz ainda bastante falta na formação do aluno brasileiro;
- b) criação de vínculos orgânicos entre universidade e sociedade, permitindo que os desafios permanentes do desenvolvimento social comprometam e oxigenem os projetos

pedagógicos dos vários cursos de graduação e pós-graduação e as linhas institucionais dos programas e grupos de pesquisa – ficando claro que a sociedade inclui o setor empresarial e seus valores, mas também as classes trabalhadoras, as organizações e os movimentos sociais, bem assim seus valores.

A finalidade última da presente proposta é a contribuição para uma *reforma universitária mais radical e substantiva*, sintonizada com os grandes desafios do país, gerando-se uma universidade cidadã, atenta, de fato, à inovação e à qualidade, mas também socialmente compromissada com os brasileiros mais pobres, pelo menos enquanto a pobreza for a grande mazela nacional. Contudo, o projeto vai além da pobreza e além das circunstâncias específicas de nosso país, desigual e injusto. Pretende ser um modelo novo de universidade, válido também em situações mais auspiciosas, porque propõe uma espécie de contrato entre a universidade e a sociedade, entre o cidadão que é aluno e o cidadão que, já formado, terá na instituição de ensino superior uma interlocutora permanente.

Todo este sistema estará articulado em uma rede inter-universitária de cooperação nacional, para que o sistema tenha visão tanto de globalidade quanto, igualmente, de singularidades regionais e locais, com zelo para que as iniciativas contribuam à diminuição das desigualdades regionais e entre populações e classes sociais, na afirmação de um pacto federativo e de consensos nacionais capazes de viabilizar politicamente um país cada vez mais solidário, justo e democrático.

ALEX FIUZA DE MELLO

Doutor em Ciências Sociais, Professor Associado do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFPA, membro do Conselho Nacional de Educação (período de 2004 a 2008) e membro do Conselho Superior da Capes, foi Reitor da Universidade Federal do Pará (2001-2008). Autor de *Universidade Pública e Inserção Social*, in Peixoto, Maria do Carmo Lacerda (org), *Universidade e Democracia: Experiências e alternativas para a ampliação do acesso à Universidade pública brasileira*. Editora UFMG, Belo Horizonte, 2004 e *Para Construir uma Universidade na Amazônia: realidade e utopia* (Editora Universitária/UFPA, 2007). Endereço institucional: Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Rua Augusto Correa, nº 01, 66075.110. Belém, PA. e-mail: alexfm@ufpa.br.

NAOMAR DE ALMEIDA FILHO

Reitor da Universidade Federal da Bahia. PhD em Epidemiologia, Professor Titular do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA. Pesquisador I-A do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. Autor de *A Universidade Nova – textos críticos e esperançosos* (Brasília: Editora UnB, Salvador: EDUFBA, 2007).

RENATO JANINE RIBEIRO

Ex-Diretor de Avaliação da Capes. Doutor em Filosofia. Professor Titular de Ética e Filosofia Política na Universidade de S. Paulo. Pesquisador 1-A do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Líder do Grupo Temático “Questões sobre o Poder” na Fapesp (2003-7). Autor de *Humanidades – um novo curso na USP* (São Paulo: Edusp, 2000) e de *A universidade e a vida atual – Fellini não via filmes* (Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2003). Sua atual pesquisa trata de “Poder, *auctoritas* e força”. Endereço institucional: Caixa Postal 2530. São Paulo. e-mail rjanine@usp.br.

REFERÊNCIAS

JANINE RIBEIRO, Renato (2007). Prefácio: O Sapo e o Príncipe. In: ALMEIDA FILHO, Naomar de. *A Universidade Nova – textos críticos e esperançosos*. Brasília: Editora UnB, Salvador: EDUFBA, p. 7-12.

JANINE RIBEIRO, Renato (2000). *Humanidades – um novo curso na USP*. São Paulo: Edusp.

JANINE RIBEIRO, Renato (2003a). *A universidade e a vida atual – Fellini não via filmes*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus.

JANINE RIBEIRO, Renato (2003b). *Por uma nova política*. São Paulo: Ateliê Editorial.

MELLO, Alex Fiúza de (2004). “Universidade Pública e Inserção Social”, in PEIXOTO, Maria do Carmo Lacerda (org), *Universidade e Democracia: Experiências e alternativas para a ampliação do acesso à Universidade pública brasileira*. Editora UFMG, Belo Horizonte.

MELLO, Alex Fiúza de (2007). *Para Construir uma Universidade na Amazônia: realidade e utopia*. Editora Universitária/UFPA.

SOUSA SANTOS, Boaventura; ALMEIDA FILHO, Naomar (2008). *A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova*. Coimbra: Almedina.

TEIXEIRA, Anísio (1994). *Educação não é privilégio*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 253p.

TEIXEIRA, Anísio (2005). *Ensino Superior no Brasil. Análise e interpretação de sua evolução no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.